

A DEBAATHIFICAÇÃO E A DISSOLUÇÃO DO EXÉRCITO DO IRAQUE EM 2003

THE DE-BA'ATHIFICATION AND DISSOLUTION OF THE IRAQI ARMY IN 2003

LA DESBAAZIFICACIÓN Y LA DISOLUCIÓN DEL EJÉRCITO DE IRAK EN 2003

Cláudio Júnior Damin*

RESUMO

O artigo aborda decisões tomadas por autoridades civis nos momentos iniciais da intervenção militar anglo-americana no Iraque, em 2003. Investiga-se o contexto, os motivos e o processo de tomada de decisão dos primeiros decretos da Autoridade Provisória da Coalizão (CPA), liderada pelo ex-diplomata Paul Bremer, relativos ao processo de debaathificação e dissolução das forças militares iraquianas. A investigação foi realizada sob a perspectiva da metodologia qualitativa e a partir da consulta da literatura especializada, documentos da CPA, relatórios militares e livros de memórias de funcionários da administração republicana de George W. Bush. O artigo conclui que o processo de debaathificação, que colocou na ilegalidade o Partido Baath, sustentáculo do regime de Saddam, e alijou seus membros de qualquer função pública após a queda do regime, assim como a desmobilização do Exército, foram decisões tomadas contra as recomendações dos comandantes militares e baseadas em análises equivocadas de decisores civis. O resultado foi um vácuo burocrático-administrativo e na segurança pública do país que as tropas norte-americanas não possuíam condições ou quantitativo suficiente para contornar suas consequências e assim estabilizar o país.

Palavras-chave: Guerra do Iraque; Partido Baath; Exército; Insurgência.

ABSTRACT

The article discusses decisions made by civil authorities in the initial stages of the Anglo-American military intervention in Iraq in 2003. It examines the context, reasons, and decision-making process behind the first decrees issued by the Coalition Provisional Authority (CPA), led by former diplomat Paul Bremer, regarding the de-Ba'athification process and the dissolution of Iraqi military forces. The investigation was conducted from a qualitative methodology perspective and included consultations with specialized literature, CPA documents, military reports,

* Doutor em Ciência Política (UFRGS), docente permanente do Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Pampa, campus São Borja (RS). Email: claudiodamin@unipampa.edu.br

and memoirs from officials in George W. Bush's Republican administration. The article concludes that the de-Ba'athification process, which outlawed the Ba'ath Party — the backbone of Saddam's regime — and excluded its members from any public office after the regime's fall, as well as the demobilization of the Iraqi Army, were decisions made against the recommendations of military commanders and based on flawed analyses by civilian decision-makers. The result was a bureaucratic-administrative and public security vacuum that U.S. troops were neither sufficiently equipped nor numerous enough to address, thus hindering the stabilization of the country.

Keywords: Iraq War; Ba'ath Party; Army; Insurgency.

RESUMEN

El artículo aborda las decisiones tomadas por autoridades civiles en los momentos iniciales de la intervención militar angloamericana en Irak, en 2003. Se investiga el contexto, los motivos y el proceso de toma de decisiones de los primeros decretos de la Autoridad Provisional de la Coalición (CPA), liderada por el exdiplomático Paul Bremer, relativos al proceso de desbaazificación y disolución de las fuerzas militares iraquíes. La investigación se realizó desde una perspectiva de metodología cualitativa y a partir de la consulta de literatura especializada, documentos de la CPA, informes militares y libros de memorias de funcionarios de la administración republicana de George W. Bush. El artículo concluye que el proceso de desbaazificación, que declaró ilegal al Partido Baaz, pilar del régimen de Saddam, y excluyó a sus miembros de cualquier función pública tras la caída del régimen, así como la desmovilización del Ejército, fueron decisiones tomadas en contra de las recomendaciones de los comandantes militares y basadas en análisis equivocados de los decisores civiles. El resultado fue un vacío burocrático-administrativo y de seguridad pública en el país, que las tropas estadounidenses no tenían las condiciones ni el número suficiente para afrontar sus consecuencias y así estabilizar el país.

Palabras clave: Guerra de Irak; Partido Baath; Ejército; Insurgencia.

1 INTRODUÇÃO

O artigo aborda decisões tomadas por autoridades civis nos momentos iniciais da intervenção militar anglo-americana no Iraque, em 2003, e que se mostraram catastróficas para a estabilidade do país após a queda do regime de Saddam Hussein. Trata-se das duas primeiras “leis de Bremer” que estabeleceram o processo de alienação de todos os membros do Baath, o partido único do regime

sunita, e a dissolução das forças armadas iraquianas. A partir disso, o artigo busca aprofundar a compreensão da guerra do Iraque após duas décadas de seu início.

O objetivo principal do trabalho é investigar o contexto, os motivos e o processo de tomada de decisão dos primeiros decretos da Autoridade Provisória da Coalizão (CPA, em inglês, Coalition Provisional Authority), liderada pelo ex-diplomata Paul Bremer.

A investigação foi realizada sob a perspectiva da metodologia qualitativa e a partir da consulta da literatura especializada, documentos da CPA, relatórios militares e livros de memórias de funcionários da administração de George W. Bush e diretamente vinculados à estrutura burocrática da administração do Iraque. Buscase, com esse conjunto de fontes, não apenas refletir sobre as consequências das decisões iniciais, mas também apresentar as razões que levaram a serem tomadas pelos decisores do governo norte-americano e analisá-las sob um viés crítico.

Do ponto de vista teórico, o artigo utiliza como marco o modelo III de Allison (1971), conhecido como “Modelo de Política Burocrática”, que se propõe a explicar decisões de governos no campo da política externa a partir de um imbrincado jogo competitivo e de barganha envolvendo líderes de organizações governamentais que possuem distintas prioridades e percepções sobre temas. Para Allison (1971), a decisão de um presidente da República norte-americano está submetida à influência de outros *players*, com capacidade de influência diferentes, o que resulta a ação governamental enquanto produto da política, de uma barganha intragoverno.

Além desta introdução, o artigo está dividido em quatro partes básicas. A primeira analisa os momentos imediatamente após a tomada de Bagdá pelas forças norte-americanas e a constituição de um governo provisório liderado pelo ex-diplomata Paul Bremer. A segunda parte aborda a trajetória do partido Baath, seu enraizamento na sociedade iraquiana e sua caracterização como o sustentáculo do regime autoritário de Saddam Hussein. A terceira parte trata sobre as duas “leis de Bremer” que levaram à debaathificação do Iraque e a dissolução de suas forças armadas. São apresentados os argumentos contrários e favoráveis a essas decisões e apontados os problemas na tomada de decisão e consequências para o surgimento da insurgência contra a presença das tropas ocidentais no solo do país. Por fim, são tecidas rápidas considerações sobre os assuntos abordados ao longo do artigo.

2 APÓS A QUEDA DE SADDAM

Foram necessários apenas vinte e um dias para que o regime de Saddam Hussein se desintegrasse em abril de 2003 após a intervenção da coalizão liderada pelos Estados Unidos (Keegan, 2005). Bagdá caiu no dia 09 de abril. O Iraque parecia estar liberado de décadas de opressão de um regime classificado como autoritário (Sassoon, 2012) ou mesmo totalitário (Faust, 2015).

Nos momentos iniciais da intervenção a população iraquiana, em especial na capital, saudou os soldados da coalizão anglo-americana como os libertadores de seu país. As imagens que vinham de Bagdá davam conta de um momento de felicidade do povo em razão do fim do regime. Essa realidade, no entanto, foi efêmera, sobretudo porque havia um desafio ainda maior aos militares ocidentais, ou seja, a estabilização do país após a queda do antigo regime. Essa operação militar de estabilização e reconstrução recebeu o nome de Eclipse II e fazia parte de uma das fases da Operação Iraqui Freedom (Weiler, 2009).

O saque, a violência e o caos logo tomaram conta das ruas de Bagdá e outras grandes cidades e restava claro que a coalizão não possuía, após tomar o controle do país, contingentes suficientes e preparados para estabilizar o Iraque (Donnelly, 2004).

Os Estados Unidos enviaram pouco mais de 140.000 militares para realizar a intervenção do Iraque, um número que se mostraria insuficiente para alcançar a estabilização do país e assim cumprir os objetivos da Fase IV da Iraqui Freedom (Baker III *et al*, 2006). No período pré-guerra, os comandantes militares demandavam o envio de 385.000 homens para realizar a intervenção e estabilizar o Iraque após o fim dos grandes combates (Weiler, 2009).

O estudo de Dobbins (2003) e de outros especialistas da RAND¹ projetou, com base em experiências pretéritas de intervenções das forças armadas norte-americanas em conflitos regulares ou de natureza irregular, que deveriam ser enviados muito mais homens para o campo de batalha daquele número que foi mobilizado. Em termos comparativos, se a mesma quantidade de tropas enviada ao Kosovo fosse despachada até o Iraque, o número inicial deveria ser de 500.000 soldados da coalizão. Além disso, se o mesmo patamar de policiais enviados no Kosovo fosse também despachado ao Iraque, o número dessa força civil deveria ser de 53.000 profissionais.

Uma tropa de meio milhão conferiria a razão de um soldado para cada mil cidadãos iraquianos. Tratava-se, conforme destaca Weiler (2009), de uma quantidade “claramente insuportável” em razão do tamanho do serviço voluntário militar norte-americano, de as forças armadas do país estarem sustentando a intervenção no Afeganistão e a negativa de vários países ocidentais de enviar tropas terrestres ao Iraque.

O comandante das forças da coalizão, general Tommy Franks (2009), foi o primeiro responsável pelo Iraque após as hostilidades principais e a queda do regime

1 RAND Corporation é um think tank fundado em 1948 a partir da cisão entre a antiga empresa aeroespacial Douglas Aircraft Company e o Projeto RAND. A companhia desempenhou um importante papel no fornecimento bélico às Forças Armadas estadunidenses durante a Segunda Guerra Mundial. Com o fim do conflito, indivíduos ilustres no Departamento de Guerra, no Escritório de Pesquisa e Desenvolvimento Científico e na indústria criaram, em parceria com a referida empresa, o Projeto RAND, com vistas a articular o planejamento militar com as decisões de pesquisa e desenvolvimento. A organização conquistou um significativo reconhecimento que permitiu sua expansão rápida e expressiva (Thees, 2024).

do Baath e em 16 de abril o militar anunciou a criação da Autoridade Provisória da Coalizão (CPA, em inglês), ocupada provisoriamente por ele próprio até que o presidente Bush nomeasse um administrador em 09 de maio.

Paul Bremer foi o nome escolhido pelo republicano e chegou ao Iraque no dia 12 de maio para administrar provisoriamente o país. Para Feith (2009), a nomeação de Bremer significou que a intervenção no governo iraquiano passou das mãos de um militar para um civil. No regulamento inicial da CPA assinado por Bremer em 16 de maio de 2003, o órgão é “investido com toda a autoridade executiva, legislativa e judiciária necessária para atingir seus objetivos”, ou seja, a estabilização e reconstrução do Iraque (Coalition Provisional Authority /Regulation number 01, 2003, p. 1, tradução nossa). Caberia à Central de Comando dos Estados Unidos, chefiada pelo general Franks, apoiar o trabalho de administração do Iraque através da dissuasão de ameaças à integridade territorial iraquiana e à instabilidade interna e destruindo armas de destruição em massa que se supunha existir no país. É definido, ainda, que o administrador teria a prerrogativa de emitir ordens e regulamentos para cumprir sua missão. Essas ordens e regulamentos têm *status* superior à legislação interna do Iraque quando as duas entrassem em conflito. Após a queda de Saddam, Bremer tornou-se o funcionário civil mais poderoso de todo o Iraque e responsável pelo destino do país no futuro imediato.

Saliente-se, desde logo, que Bremer (2006) era um civil e sem qualquer experiência militar no terreno. Sua trajetória foi no campo diplomático, como funcionário de carreira do Departamento de Estado e consultor na iniciativa privada (Zinn, 2016). Ele havia se aposentado como embaixador na Holanda, ainda no governo de Ronald Reagan. Não falava árabe, o que parecia ser uma habilidade importante para governar mesmo que temporariamente o estado iraquiano pós-Saddam, e o próprio administrador em suas memórias informa que jamais esteve no Iraque ao longo de sua vida (BREMER, 2006).

Em conversa com o presidente George W. Bush, que precedeu a sua nomeação como responsável pela CPA, Bremer (2006, p.15) informou ao republicano que não era um general, mas sim um diplomata, e que havia lido um *paper* da RAND que assinalava a necessidade de envio de mais tropas ao Iraque do que o contingente total que foi mobilizado para destronar Saddam Hussein. Essa conversa selou a escolha de Bush, e Bremer a interpretou como uma missão dada diretamente do presidente, para quem deveria se reportar. “Eu não era um homem nem de Rumsfeld, nem de Powell. Eu era o homem do presidente”, escreveu (Bremer, 2006, p. 12, tradução nossa).

Bush (2010, p. 258, tradução) qualificou Bremer como “distinto oficial do serviço exterior e especialista em contraterrorismo” e avaliou na conversa entre os dois que ele compartilhava a convicção de que os iraquianos seriam capazes de conviver com um regime democrático após décadas de dominação de Saddam. Segundo informou Donald Rumsfeld a Douglas Feith (2009), a decisão de Bush em

favor de Bremer deveu-se, em boa medida, para facilitar a integração do trabalho entre os oficiais do Departamento de Estado e da Defesa, que possuíam visões distintas sobre muitos aspectos da intervenção, e que a escolha por um ex-diplomata afastaria a percepção de que o Departamento de Defesa estava trabalhando para afastar o Departamento de Estado da definição da política sobre o Iraque. Veremos, no entanto, que essa cooperação interagências não se realizou e as discordâncias entre Estado e Defesa permaneceram existindo.

A nomeação de Bremer representou uma inflexão no comando do governo provisório do Iraque, que passou das mãos de um militar para de um civil. Isso porque a criação do CPA significou o fim do Escritório de Reconstrução e Assistência Humanitária para o Iraque (ORHA, em inglês) dirigido pelo general Jay Garner, veterano da Primeira Guerra do Golfo e que tinha, ao contrário de Bremer, proximidade com os planejadores militares (Pfiffner, 2010).

Em seu período como administrador civil do Iraque, que se estenderia até 28 de junho de 2004, Bremer iria editar 100 ordens da CPA que tratariam sobre os mais distintos aspectos da vida institucional, social, política, econômica e militar iraquiana. No artigo foi dedicada especial atenção às ordens de número 01 e 02, editadas em maio de 2003 e que determinavam uma abrupta debaathificação da sociedade iraquiana e a dissolução de suas forças militares e de segurança.

3 O PARTIDO BATH NO IRAQUE

A primeira ordem, que se pode considerar também como uma lei editada por Bremer, já que possuía validade em razão de sua autoridade civil suprema sobre o governo do território iraquiano recentemente ocupado pelas forças dos Estados Unidos, refere-se à “debaathificação da sociedade iraquiana” (Coalition Provisional Authority /Order/01, 2003, p. 1, tradução nossa). Decretava-se extinto o sistema de partido único instituído por Saddam Hussein:

Esta ordem implementa a declaração ao eliminar as estruturas do partido e remover sua liderança de posições de autoridade e responsabilidade na sociedade iraquiana. Por meio disso, a Autoridade Provisória da Coalizão garantirá que o governo representativo no Iraque não seja ameaçado por elementos baathistas que retornem ao poder e que aqueles em posições de autoridade no futuro sejam aceitáveis para o povo do Iraque (Coalition Provisional Authority /Order /01, 2003, p. 1, tradução nossa).

O foco da ordem era a extinção do Partido Árabe Socialista Baath, o sustentáculo das décadas de opressão do regime de Saddam. Criado na Síria nos anos 1940, o Baath estabeleceu-se no Iraque como partido político na década

seguinte e sua característica ideológica mais marcante era o alinhamento ao pan-arabismo (Polk, 2006). Saddam foi recrutado pelo Baath em 1956 e a história do partido no Iraque está intrinsecamente ligada à trajetória do ditador.

Em 1958, oficiais do Exército destronaram o rei Faisal II e instituíram um regime republicano encabeçado pelo general Abd al-Karim Qasim. No ano seguinte, membros do Baath, dentre os quais o jovem Saddam Hussein, tentaram assassinar Qasim. A tentativa de golpe de estado foi frustrada e Saddam consegue fugir e exilar-se no Egito, onde ficaria por alguns anos. Em fevereiro de 1963, uma nova tentativa de tomar o poder por militares e líderes do Baath é bem-sucedida e o partido passa a governar o Iraque (Hechter; Kabiri, 2008)². Adbul Salam Arif, no entanto, em novembro de 1963 expulsa os membros do Baath do governo, prendendo suas principais lideranças. Em setembro de 1964, os baathistas incursionam um golpe contra Arif. Saddam estava entre os conspiradores e foge da cadeia após dois anos de encarceramento. No final de 1966, aos 29 anos de idade, Saddam torna-se vice-secretário geral do Baath, transformando-se em uma figura central na organização.

Em julho de 1968, pela sétima vez na última década, houve nova tentativa de golpe no Iraque. Militares ligados ao Baath forçaram o presidente Arif a renunciar e tomaram finalmente o poder, que seria exercido pela organização até 2003 (Marozzi, 2014). Sassoon (2012) destaca que de 1963 a 1968 o partido trabalhou para infiltrar-se nas instituições e sociedade iraquianas, incluindo as forças de segurança, de modo a ampliar sua base de sustentação na sociedade e nas estruturas estatais.

Em 1969, Saddam Hussein será nomeado vice-presidente de seu parente Ahmad Hassan al-Bakr. Em 1976, Saddam torna-se general das forças armadas iraquianas e com a renúncia de al-Bakr em 1979, assumiu o governo *de facto* do Iraque embasado em sua influência construída dentro do Baath nas décadas anteriores; dias após assumir o governo, Saddam iniciou o processo de assassinato de qualquer liderança do partido que era percebida por ele como fiel a al-Bakr ou que ameaçava sua permanência no poder (Kristol; Kaplan, 2004). “Como o longo braço de Saddam Hussein, o partido se tornou uma organização impressionante e formidável que desempenhou um papel central na sustentação do poder do regime”, destaca Sassoon (2012, p. 34, tradução nossa).

Torna-se, portanto, impossível compreender o regime autoritário construído por Saddam a partir de 1979 sem o reconhecimento da importância da presença do Baath. Além de ser o único partido político autorizado a funcionar, ele estruturou o tipo de dominação exercido pelo regime pelas longas décadas em que esteve em vigência. É por isso que a primeira legislação emitida por Paul Bremer foi a debaathificação do país, uma medida extrema para descontaminar a sociedade da influência do partido do antigo regime.

2 Revised version of a paper presented at the Conference on Order, Conflict and Violence at Yale University, April 30- May 1st, 2004, New Haven,

Para manter-se no poder e governar, Faust (2015) destaca que Saddam lançou mão de um processo de baathificação da sociedade, uma forma de totalitarismo baseado na busca de controle absoluto da vida privada e pública dos iraquianos e da utilização extensiva da propaganda a fim de operar a fusão entre a figura do líder, do partido e da nação. O primeiro decreto de Bremer, não por acaso, estabelecia expressamente a proibição da exibição de imagens de Saddam Hussein, de antigos membros do regime ou de símbolos do partido Baath em prédios governamentais ou espaços públicos no território iraquiano (Coalition Provisional Authority /Order number 01, 2003).

A violência, por sua vez, “era a essência da forma de governo do Baath” (Faust, 2015, p. 7, tradução nossa), existindo um regime baseado fundamentalmente no medo como forma de controle social (Makiya, 1998). Saddam, a partir de 1968, responsabilizou-se pessoalmente por fortalecer as forças armadas iraquianas, aumentando seu contingente, modernizando suas armas, fortalecendo os serviços de inteligência e criando organizações irregulares como a Guarda Republicana, que eram caracterizadas pela fidelidade absoluta ao presidente da República e, portanto, ao Baath (Malovany, 2017).

Ressalte-se que o Baath era um partido sunita e com uma atitude sectária em relação a outros grupos étnico-religiosos. Os sunitas, em termos quantitativos, sempre conformaram a minoria populacional no Iraque ao mesmo tempo em que sempre fez parte da classe dirigente do país. Saddam de forma permanente trabalhou para marginalizar a maioria xiita, os curdos e outras minorias, não medindo esforços para utilizar as forças de segurança contra essas populações e sendo responsável por inúmeros massacres ao longo de seu governo (Cockburn A.; Cockburn P., 1999).

O partido monopolizava e controlava o acesso dos iraquianos ao estado de uma maneira geral, e em particular aos empregos públicos, atividades econômicas relacionadas à indústria do petróleo e às forças de segurança. Os melhores cargos públicos e a maior parte das patentes de oficiais nas forças armadas, por exemplo, eram destinadas a sunitas, assim como nos serviços de inteligência e milícias paramilitares. A ascensão social no Iraque estava, assim, condicionada à adesão ao partido oficial. Em 2002, às vésperas da queda do regime, o partido possuía 4 milhões de membros, ou 16% da população do país (Faust, 2015).

A forma de organização do Baath era piramidal e próxima ao modelo do Partido Comunista da União Soviética, ou seja, burocratizado, disciplinado e com submissão hierárquica de seus membros a um comando central (Faust, 2015; Sassoon, 2012).

No topo havia o Comando Regional (*al-qiyada al-qutriyya*), formado ao longo do tempo por 19 a 21 membros dentre os mais proeminentes do partido, incluindo-se Sadam e seu filho Qusay. Abaixo do Comando existiam as estruturas de escritório (*maktab al-tandhimat*) que possuíam jurisdição partidária sobre uma determinada

área geográfica do país e que em 2002 somavam 17. As *tandhimat* originavam os ramos (*fir'*) que cumpriam a função de supervisionar as atividades dos níveis inferiores do partido como as seções (*shu'ba*), divisões (*firqa*) e células (*khaliyya*).

Consoante informações encontradas em documentos oficiais do Baath, em setembro de 2002 existiam nas províncias iraquianas 69 ramos, 612 seções, 3.787 divisões e 32.852 células (Sassoon, 2012). Com todo esse enraizamento na sociedade, Sassoon (2012, p. 38, tradução nossa) destaca que “a função mais importante do partido era ser os olhos e ouvidos do regime em todos os cantos do país”.

4 AS LEIS DE BREMER

Allison (1971) aponta que, em razão da natureza própria dos problemas de política externa, há discordância interna no governo sobre como resolvê-los. A decisão governamental, nesse sentido, ocorre a partir do poder e das habilidades dos proponentes de uma solução e também dos oponentes dessa mesma alternativa. Surge, então, um jogo intragovernamental, uma vez que as agências que conformam um governo “não são um grupo monolítico”, apresentando prioridades e perspectivas diversas sobre uma mesma decisão a ser tomada. É, conforme veremos nesta seção, o que ocorreu no Iraque imediatamente após a intervenção dos Estados Unidos.

Allison (1971) igualmente destaca que a decisão de um governo passa a ser melhor compreendida quando são identificados os jogos e as posições dos jogadores. Novamente aqui transparece a noção de que os líderes de um governo, particularmente aqueles abaixo do presidente da República, possuem interesses não homogêneos, que são moldados pelas posições que ocupam internamente na gestão do país. “Posições definem o que os jogadores podem e devem fazer”, assinala Allison (1971, p. 165, tradução nossa). Por isso se torna necessário analisar as prioridades e percepções das agências oficiais envolvidas, bem como de seus líderes, em uma determinada decisão de política externa. No caso deste artigo, na debaathificação do Iraque e na desmobilização de suas forças militares.

A Ordem 01 do CPA, que instituiu o processo de debaathificação, determinou que os membros do partido localizados nos quatro postos hierárquicos superiores – *al-qiyada al-qutriyya*, *tandhimat*, *shu'ba* e *firqa* – restassem “afastados de seus cargos e banidos de futuros empregos no setor público” (Coalition Provisional Authority /Order number 01, 2003, p. 1, tradução nossa). Eram o que o Bremer considerava como os “membros seniores do partido”, ou seja, a sua elite, e que deveriam ser “avaliados por sua conduta criminoso ou ameaça à segurança da coalizão” e os considerados suspeitos deveriam ser objeto de investigação criminal e “se considerados uma ameaça à segurança ou em risco de fuga detidos ou colocados em prisão domiciliar” (Coalition Provisional Authority /Order Number 01,

2003, p. 1, tradução nossa). Em termos numéricos se está falando de um total de 52.768 pessoas, que representavam uma fração aproximada de 1,3% dos 4 milhões de iraquianos associados ao partido em 2002.

Feith (2009), neoconservador e exercendo à época da intervenção o cargo de subsecretário de Defesa para a política, um dos principais assessores do secretário de Defesa Donald Rumsfeld, afirma que Paul Bremer foi ao Iraque precisamente para eliminar o “aparato da tirania” construído por Saddam e que o rascunho da ordem de debaathificação circulou em várias agências governamentais e de segurança americanas, foi discutido e não foi apresentada qualquer oposição formal. Não teria havido controvérsia quanto à medida, senão apenas após seus efeitos negativos para a estabilização do país começarem a ser sentidos.

A debaathificação, na visão de Feith (2009), um dos principais formuladores da política para o Iraque, foi moderada porque focava em apenas 1% dos membros do partido, interditando sua participação nos cargos públicos do país. Tratava-se de uma medida necessária em razão da fidelidade absoluta que os membros do alto escalão do Baath, etnicamente sunita, nutriam por Saddam.

O administrador Paul Bremer (2006), em suas memórias, escreve que a ordem 01 buscava impedir que os baathistas se tornassem uma ameaça à reconstrução e democratização do Iraque e sua colocação na ilegalidade era uma medida coerente para neutralizar o sustentáculo do antigo regime. Havia, ao mesmo tempo, a consciência de que o ostracismo da elite do partido, que era também a elite dirigente e que comandava a burocracia estatal, faria com que o processo de restabelecimento do funcionamento do governo, interrompido pela guerra, apresentaria maiores dificuldades. Bremer (2006), a exemplo de Douglas Feith, busca defender a ordem 01 por contemplar apenas 1% dos baathistas, que os serviços de inteligência americanos estimavam em 20 mil pessoas.

A primeira “lei de Bremer”, no entanto, ia muito além do expurgo dos *top four level* do Baath. Seus dispositivos indicavam um processo ainda mais profundo e que iria impactar negativamente no futuro imediato. A ordem estabelecia que indivíduos que estivessem posicionados em cargos no primeiro, segundo e terceiro escalão dos ministérios nacionais, empresas estatais e em outras instituições de governo, citando-se expressamente como exemplo universidades e hospitais “devem ser entrevistados para possível afiliação ao partido Baath e sujeitos a investigação por conduta criminosas e risco à segurança” (Coalition Provisional Authority /Order number 01, 2003, p. 1, tradução nossa).

Se esses funcionários públicos fossem considerados do partido Baath em seus níveis inferiores como membros aprendizes (*udw*) ou membros ativos (*amil*), deveriam ser exonerados de seus cargos. Esse contingente de pessoas era, no entanto, nove vezes superior ao dos baathistas nos quatro principais níveis hierárquicos da agremiação: cerca de 477.743 em setembro de 2002 (Sassoon, 2012).

Note-se que esse dispositivo ameaçava de demissão e mesmo prisão centenas de milhares de outros funcionários públicos que exerciam atividades em áreas essenciais e básicas para a manutenção da qualidade de vida dos iraquianos como saúde, educação, polícia, assistência social e energia. Se esses servidores fossem membros do Baath, o que era muito provável em razão do monopólio que o partido exercia sobre os cargos públicos em todas as esferas do poder, eles teriam que prestar contas à coalizão.

A consequência foi a erosão do sistema burocrático do Estado iraquiano e a interrupção dos serviços públicos básicos, já que houve um maciço abandono dos cargos civis ocupados por pessoas que possuíam alguma ligação, pragmática ou ideológica, com o Baath. George Tenet (2007, p. 427, tradução nossa), diretor da Agência Central de Inteligência (Central Intelligence Agency-CIA) e que não possuía uma visão positiva sobre a forma como foi feita a debaathificação, informa que 40.000 professores, por exemplo, “que se filiaram ao partido Baath foi simplesmente para manter seus cargos”, não apareceram mais para trabalhar. No Ministério da Saúde, por sua vez, 1/3 dos funcionários foi obrigado a abandonar seus empregos e oito dos dez cargos mais importantes de gestão ficaram vagos (Chandrasekaran, 2010).

Em 03 de junho Paul Bremer publicou um memorando detalhando os procedimentos para a identificação dos milhares de funcionários civis e militares associados ao Baath (Coalition Provisional Authority /Memorandum/01, 2003). Fica claro que cumprir o objetivo de identificar os membros da agremiação seria extremamente moroso e complexo em razão do tratamento individualizado que deveria ser dado e do tamanho das estruturas burocráticas do estado iraquiano.

As investigações iniciais ficariam sob responsabilidade do comandante das forças da coalizão, que mobilizaria o pessoal necessário para formar juízo sobre se uma pessoa que exercia determinado emprego público possuía ou não ligações com o Baath. Funcionários civis norte-americanos no Iraque também poderiam ajudar na compilação de informações, assim como profissionais iraquianos. Dentre as informações a serem consideradas estariam entrevistas individualizadas com os suspeitos, registros capturados nos escritórios do partido sobre os seus militantes e depoimento de testemunhas. O Conselho de Debaathificação do Iraque, criado por Bremer, igualmente emprestaria informações para a identificação dos partidários de Saddam.

O memorando também estabelecia uma comissão de revisão em que os indivíduos identificados como membros do Baath poderiam apelar de suas acusações. Essa comissão seria formada por um militar, um civil da coalizão e um iraquiano e determinaria também as exceções encontradas nas investigações, como quando um funcionário “demonstrar que se filiou ao partido para manter seu emprego ou sustentar a sua família” (Coalition Provisional Authority / Memorandum Number 01, 2003, p. 4, tradução nossa).

Em 23 de maio de 2003, seis dias após estabelecer o processo de debaathificação do Iraque, o administrador da CPA emitiu sua segunda ordem que buscava dissolver algumas estruturas do governo que foram utilizadas “para oprimir a população iraquiana e como instrumentos de tortura, repressão e corrupção” (Coalition Provisional Authority /Order number 02, 2003, p. 1, tradução nossa). São, ao total, 28 entidades extintas entre ministérios (Defesa, Informação e Assuntos Militares), órgãos da comunidade de inteligência, os serviços de segurança de Saddam, organizações militares regulares e paramilitares, além de outras entidades como a Assembleia Nacional, o Conselho do Comando Revolucionário e as Cortes de Segurança Nacional, Especial e Revolucionária (Coalition Provisional Authority /Order Number 02, 2003). Nota-se que há uma diversidade de estruturas extintas com o ato de Bremer, sem que houvesse a correspondente preocupação com o que ficaria em seus lugares.

A Ordem 02, além de liberar todos os recrutas dos seus serviços nas forças de segurança, suspendendo a conscrição, demitiu todo empregado nas estruturas militares e de inteligência retroativamente a 16 de abril de 2003 e cancelou todos os títulos militares de quem fazia parte das entidades dissolvidas (Coalition Provisional Authority /Order Number 02, 2003). A norma assegurava o pagamento de pensões, porém não para os membros seniores do Baath, incluindo generais e coronéis, e permitia que o administrador do país revisasse as aposentadorias já pagas para analisar se não foram conferidas como um privilégio do antigo regime. A consequência imediata foi o desemprego de milhares de pessoas, a insegurança financeira e o desalento social.

Há pouca discussão, por exemplo, sobre a necessidade do fim de estruturas como as do serviço de inteligência, das guardas especiais de Saddam e de grupos irregulares e associados fortemente ao Baath como a milícia do partido ou os Saddam Fedayenn e que estavam diretamente vinculadas ao presidente da República (Al-Marashi, 2002). A problemática, sem dúvida, centrou-se na dissolução daquilo que Bremer classificou como “organizações militares” e que incluía, dentre outras entidades, o Exército, a Força Aérea, Marinha e Força Aérea de Defesa, ou seja, todas as forças armadas regulares do Iraque. Weiler (2009) dirá que a dissolução da estrutura militar do país alterou o *status* da presença americana no Iraque, que passou de uma força de libertação para de ocupação. Esse foi, sem dúvida, um dos principais erros da intervenção anglo-americana no Iraque.

Houve muito debate sobre os motivos para a ordem de dissolução das forças armadas iraquianas. Em geral, a culpa recai no embaixador Paul Bremer, influenciado por assessores neoconservadores da administração de George W. Bush como Douglas Feith, Walter Slocombe e Paul Wolfowitz (Awadi, 2016). É de Ian Arthur Bremmer, o administrador da CPA, a única assinatura da ordem, o que faz dele o personagem mais visado em todo o episódio.

Os defensores da dissolução apresentaram, em livros de memórias, entrevistas e artigos na imprensa americana, as suas razões e os argumentos

que embasaram a decisão. Bremer (2007, p. 1, tradução nossa), a esse respeito, nega categoricamente que tenha desmobilizado as forças armadas do país já que, segundo ele, quando Bagdá foi conquistada “o Exército Iraquiano simplesmente se dissolveu”. Não havia, assim, o que ser dissolvido.

Ele registrou, em seu livro de memórias, que pelas projeções do Pentágono, dos 715 mil membros do Exército iraquiano, 400 mil (60%) se renderiam em massa em razão de serem recrutas xiitas (Bremer, 2006). Assim, as unidades militares manter-se-iam intactas e poderiam ser utilizadas pelas forças da coalizão para a reconstrução do país. Bremer (2006, p. 27, tradução nossa) escreve que a realidade se mostrou diversa dos planos, sobretudo em razão da difícil realidade dos xiitas nas forças armadas “que suportaram rações espartanas, pagamento simbólico, trote brutal e execução arbitrária nas mãos de seus oficiais, em sua maioria sunitas”. Os soldados xiitas, assim, não possuíam qualquer confiança em seus comandantes, já que estes exerciam seu poder guiados pelo sectarismo, e não teriam qualquer incentivo para render-se e assim manter intactas as suas unidades. O que ocorreu, na visão do diplomata, foi que os soldados xiitas “carregaram seus rifles e voltaram para suas fazendas, aldeias e cidades em todo o Iraque”.

Essa é a mesma visão de Walter Slocombe (2004, p. 1, tradução nossa), para quem “o Exército inteiro vaporizou” após a dita libertação do país. Ele assinala que as instalações militares iraquianas, incluindo as estações de polícia, foram vandalizadas, saqueadas e deixadas em ruínas; veículos, caminhões, armas e outros recursos acabaram sendo roubados. A razão principal apontada para essa autodesmobilização do Exército foi o fato de que ele era formado por conscritos, já que o serviço militar sob Saddam era obrigatório.

O colapso ocorreu com a perda de controle dos oficiais, quase todos sunitas, em relação as suas tropas formadas basicamente por jovens xiitas. Abriu-se a oportunidade para que os jovens obrigados a servir retornassem para as suas casas buscando proteger as suas próprias famílias. A Ordem número 02 da Autoridade Provisória da Coalizão, nesse sentido, apenas teria formalizado uma situação já posta, não tendo havido, em razão do texto normativo, a dissolução das organizações militares iraquianas (Slocombe, 2004). Ele (2003) utiliza também como argumento o fato de que na operação Desert Storm, na Primeira Guerra do Golfo, em 1990, quando o Exército iraquiano combateu unido e foi derrotado pelos Estados Unidos, foram feitos aproximadamente 80.000 prisioneiros; já em 2003 foram apenas 7.000 militares prisioneiros. “Não havia uma única unidade organizada intacta quando o combate principal terminou”, esclarece (Slocombe, 2003, p. 1, tradução nossa).

Lewis Paul Bremer III (2006) assinala o veto empreendido por lideranças xiitas e curdas contra a continuidade da existência do Exército aos moldes do regime de Saddam Hussein porque se tratava de uma ferramenta de opressão sectária liderada pelos oficiais sunitas. Se, portanto, o Exército não fosse reconstruído sob outros moldes, afastando os oficiais do Baath, os Estados Unidos perderiam o suporte das

lideranças curdas e da maioria xiita, inclusive o apoio do aiatolá al-Sistani. Optou-se, assim, por manter o apoio desses dois grupos, em detrimento de manter os privilégios militares dos sunitas.

Slocombe (2003) também destaca uma característica típica do Exército sob o regime do Baath que dificultaria sua utilização no momento imediatamente posterior à derrubada do regime: a desproporcionalidade entre o número da força e a quantidade de oficiais superiores. A folha de pagamentos do Exército iraquiano era de 500.000 pessoas, praticamente o mesmo número de matrículas do Exército norte-americano; a distinção estava na quantidade de generais e de coronéis. No caso iraquiano, os oficiais generais somavam 11.000, cerca de 2,2% de todo o Exército, enquanto que os Estados Unidos possuíam 307, o que representa 0,06% de todo o contingente. E em relação aos coronéis, o Iraque possuía 14.000 desses oficiais e a força terrestre norte-americana 3.500, quatro vezes menos. O Exército, a partir dessa perspectiva, era um instrumento de dominação por parte do regime do partido único, e não poderia haver mais espaço para tantos generais e coronéis francamente associados e com laços de lealdade ao Baath.

Feith (2008) diz que a decisão foi correta sob as circunstâncias da época, mas que sobrevieram vários problemas desnecessários, dentre os quais o atraso no anúncio dos pagamentos dos militares das entidades dissolvidas. A Ordem 02 foi assinada em 23 de maio, porém apenas em 23 de junho Bremer informou que os soldados fora de serviço receberiam novamente seus salários. Feith (2008) destaca que esse anúncio de pagamento deveria ter sido feito no mesmo momento da dissolução, o que teria evitado o desemprego de milhares de iraquianos e uma rejeição à presença dos norte-americanos no país.

Em *Decision Points*, seu livro de memórias, o ex-presidente George W. Bush (2010, p. 259, tradução nossa) realizou uma avaliação retrospectiva sobre as duas primeiras “leis de Bremer”, e em particular a relativa à dissolução das entidades militares. O republicano reconhece que “[eu] deveria ter insistido em mais debate sobre as ordens do Jerry [Paul Bremer]”, já que muitos sunitas marcharam para a insurgência a partir da aplicação do programa de debaathificação.

A literatura especializada produzida sobre a guerra do Iraque apresenta um relativo consenso de que as primeiras ordens do CPA significaram grandes erros iniciais da campanha militar da coalizão anglo-americana. A dissertação de Weiler (2009, p. 1, tradução nossa), major do Corpo de Fuzileiros Navais, é representativa desses estudos ao afirmar que o ostracismo dos funcionários públicos civis e militares “deu origem a uma insurgência e impulsionou a anarquia”. De 23 de maio de 2003 até 6 de setembro a segurança de todo o país passou a ser responsabilidade dos Estados Unidos, e sem as antigas estruturas militares operacionais, a contestação interna à presença estrangeira no Iraque aumentou durante o período, mobilizando e consolidando a atuação de diversos grupos contra essa ocupação.

Al-Marashi (2007), por sua vez, aponta a compreensão completamente inadequada de Paul Bremer e dos seus demais auxiliares sobre o Exército do Iraque. Ele assinala que à época da ordem de dissolução, a força terrestre iraquiana era a maior do chamado mundo árabe e sua história remontava a tempos bem anteriores ao domínio de Saddam. O Exército do Iraque foi fundado em 1921, e sua organização e treinamento foi realizado pelos britânicos, que exerceram um mandato sobre a região até 1932, quando ocorre a independência formal do Reino do Iraque. Os ingleses, no entanto, seguiram exercendo forte influência no país. Mesmo que o Exército iraquiano tivesse lutado contra o Exército do Reino Unido em determinado momento, Al-Marashi (2007) destaca que os decisores em Londres preservaram a sua existência, não o dissolvendo, restando intacto e capaz de assegurar a segurança interna, lutando inclusive contra a revolta curda na década de 1940.

O resultado da decretação do fim deste símbolo nacional promoveu um sentimento coletivo de humilhação diante da ocupação do país por exércitos estrangeiros, fomentando inclusive a percepção de que os Estados Unidos buscavam enfraquecer o Iraque e fortalecer as forças armadas de Israel. Imediatamente após o segundo édito de Bremer, 5.000 soldados protestaram carregando faixas com a seguinte inscrição: “A dissolução do Exército Iraquiano é uma humilhação à dignidade da nação” (Weiler, 2009, p. 16, tradução nossa)

Esse sentimento de humilhação e vergonha, que não pode ser desprezado enquanto motivo para as ações dos indivíduos, atingiu em particular os ex-combatentes das forças armadas e das entidades de segurança dissolvidas pelos norte-americanos. Sob essas condições, a insurgência foi uma forma encontrada pelos ex-militares iraquianos para direcionar seu sentimento de humilhação e de preservar a sua dignidade enquanto soldados (Al-Marashi, 2007).

Dos elementos apresentados até aqui, fica clara a complexidade da missão de estabilizar o Iraque após a derrubada do regime de Saddam. Chama a atenção, ao mesmo tempo, que a decisão de eliminar as forças armadas iraquianas não contou com a efetiva participação dos decisores militares norte-americanos (Weiler, 2009; Pavel, 2012). Conforme mencionado por Pfiffner (2010), o Departamento de Estado, o Colégio de Guerra do Exército e outros importantes *think tanks* eram uníssonos em não recomendar a dissolução das forças armadas iraquianas. A reunião do Conselho de Segurança Nacional, realizada em 12 de março, revelou, por sua vez, também a existência de um consenso sobre a necessidade de manter intacto o Exército do país para os objetivos da Fase IV (Gordon; Trainor, 2006).

A melhor solução seria manter as forças convencionais do país, realizar um chamamento aos militares iraquianos e conduzir um processo de tipo desmobilização, desarmamento e reintegração (DDR, em inglês) (Weiler, 2009). Pfiffner (2010) relembra, nesse ponto, que em junho de 2002 os Estados Unidos jogaram nas grandes cidades iraquianas folhetos que prometiam que os iraquianos que não lutassem contra os Estados Unidos poderiam retornar ao Exército. Ao

dissolver as forças e demitir todos os militares, essa promessa acabou não sendo cumprida de imediato e no protesto de ex-soldados iraquianos em 18 de junho foi possível ver cartazes com uma mensagem direta aos norte-americanos: “Por favor, cumpram suas promessas” (*apud* Weiler, 2009, p. 16, tradução nossa).

Cite-se, ainda, o conhecido esforço do coronel da reserva Paul Hughes, então lotado no ORHA (estrutura anterior à CPA), que em meados de maio de 2003 já havia registrado 137 mil inscrições de militares iraquianos dispostos a retornar a suas posições após a derrota do regime de Saddam (Pffiffer, 2010). A principal motivação era a promessa de um soldo de 20 dólares, muito significativo para o contexto do Iraque na época, e um valor que nenhuma organização insurgente ou terrorista teria condições de pagar. Ocorre que a 14 de maio, Paul Bremer enviou um memorando ordenando o fim das negociações dos militares norte-americanos, como o coronel Hughes, com os antigos oficiais iraquianos (Pffiffer, 2010). Nove dias depois ele decretaria a dissolução do Exército. Hughes, em entrevista, diz que a Ordem 2 da CPA foi um “erro estratégico” (*apud* Tenet, 2007, p. 98, tradução nossa).

Bremer (2006), por sua vez, rechaça a versão de que a decisão sobre a dissolução das forças de segurança iraquianas foi sua unicamente, e que os comandantes militares não foram consultados. Também em um artigo de defesa na imprensa norte-americana, o ex-administrador do Iraque informa que no dia 10 de maio de 2003 ele enviou um rascunho da ordem de dissolução para o Departamento de Defesa (Paul Wolfowitz; Douglas Feith), para o general Tommy Franks e para o coronel Jay Garner, solicitando comentários (Bremer, 2007).

Ele destaca que Walter Slocombe recebeu os comentários e sugestões do Chefe do Estado Maior Conjunto e do gabinete do Secretário de Defesa, “deixando claro que os principais funcionários civis e militares do Pentágono, assim como os comandantes no campo, revisaram a proposta” (Bremer, 2007, p. 2, tradução nossa). Ele igualmente se defende dizendo que o Secretário de Defesa Donald Rumsfeld foi informado, em 19 de maio, da recomendação para a extinção das organizações militares, de segurança interna e de inteligência que serviam ao antigo regime.

As informações dos comandantes militares e das agências de segurança e inteligência norte-americanas, no entanto, se dão em outra direção. O general David Petraeus, por exemplo, realizou alguns protestos sobre a possibilidade de dissolver as forças armadas, porém sem qualquer sucesso (Pavel, 2012). Colin Powell, Secretário de Estado, foi outra das autoridades com experiência em combate que não teve qualquer participação ou mesmo conhecimento sobre a iniciativa de dissolver o Exército iraquiano. Ao saber da Ordem número 2, falou com Condoleezza Rice, Conselheira de Segurança Nacional do presidente, que disse também estar surpresa e pressupor que era uma decisão que contaria com o suporte de George W. Bush, já que Paul Bremer era “o cara no campo” (Pffiffer, 2010, p. 83, tradução nossa). Richard Myers, chefe do Estado-Maior, por sua vez, declarou não se lembrar de um debate amplo sobre a decisão, e que se tivesse ocorrido ele recordaria.

Houve, como se pode notar, clara falha de interação entre agências civis, militares e de inteligência que compõe o ecossistema institucional de segurança dos Estados Unidos.

Foi, pode-se dizer, uma decisão de civis sem qualquer experiência no terreno como Bremer, Feith, Slocombe e Wolfowitz (Awadi, 2016), porém lastreados por exigências ideológicas e em particular o corolário neoconservador de que o regime de Saddam assemelhava-se a um de tipo totalitário que havia contaminado todas as instituições do país, civis ou militares e que, por essa razão, deveriam ser descontaminadas.

Diversos analistas conferem uma grande participação ao xiita Ahmed Chalabi no processo de tomada de decisão de dissolver as forças armadas do país a despeito da reunião do Conselho Nacional de Segurança e das opiniões contrárias dos operadores militares. Conforme Weiler (2009, p. 20, tradução nossa), “em última análise, a decisão de dismantelar o Exército iraquiano foi o resultado de anos de influência de um exilado chamado Ahmed Chalabi”. Ele liderava, desde Londres, a oposição internacional ao regime de Saddam Hussein e contava também com o apoio dos exilados curdos, que desejavam o enfraquecimento do Exército iraquiano e um processo de debaathificação do país.

No governo norte-americano, por sua vez, sua presença despertava apoio e rejeição (Weiler, 2009; Tenet, 2007). Os aliados de Chalabi eram o vice-presidente Dick Cheney e o secretário de Defesa Donald Rumsfeld, juntamente com seu staff com Paul Wolfowitz e Douglas Feith; além, obviamente, de Paul Bremer, o administrador do Iraque. De outra parte, ele era visto como uma liderança não confiável pelo Departamento de Estado liderado pelo general Collin Powell, pela CIA de George Tenet e pelos comandantes militares. Chalabi foi, aliás, uma das principais fontes dos Estados Unidos para afirmar que Saddam possuía um programa de armas de destruição em massa. Note-se o alinhamento dos responsáveis pelas duas primeiras “leis de Bremer” com Chalabi, que possuía pretensões de governar o Iraque pós-Saddam.

Chalabi foi, após a ordem CPA número 01, nomeado por Bremer para ser o responsável pelo processo de debaathificação do Iraque. Donald Rumsfeld (2011, p. 515, tradução nossa), em seu livro de memórias, destaca que isso produziu aquilo que o presidente Bush temia, a saber: “a debaathificação ganhou uma reputação de acerto de contas”. “Histórias circulavam sobre professores que eram demitidos, ex-funcionários baathistas que eram espancados nas ruas e até mesmo assassinatos - atos que a CPA não autorizou, aprovou ou teve controle mínimo”, escreveu o ex-secretário de Defesa.

Por fim, deve-se destacar a particular ausência do presidente George W. Bush nas discussões e mesmo no processo de tomada de decisão sobre as duas Ordens da CPA. No fluxo sobre a decisão da dissolução do Exército, Weiler (2009, p. 25, tradução nossa) posiciona o presidente da República no nível mais inferior exercendo “pouca ou nenhuma influência”. Tratou-se de um mero expectador

que, não obstante ter o poder, nada fez para vetar decisões que, como ele próprio reconheceu, seriam fundamentais para estruturar e alimentar a insurgência contra os militares norte-americanos no Iraque momentos depois da queda de Saddam.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme analisado ao longo do artigo, a guerra do Iraque, cuja característica principal foi a eclosão de um movimento insurgente marcado pela violência sectária, não pode ser compreendida sem a consideração sobre decisões iniciais que produziram uma notável dependência de trajetória em relação ao futuro do conflito. O processo de debaathificação e a desmobilização das forças militares, em particular, produziram um vácuo na segurança pública do país que as tropas norte-americanas não possuíam condições ou quantitativo suficiente para contornar suas consequências.

O resultado foi o início da insurgência, principalmente dos grupos sunitas que passaram a enfrentar um processo de ostracismo político e de alienação social com, por exemplo, a demissão de milhares de funcionários públicos e de membros do aparato coercitivo do estado. As duas ordens da CPA deixaram um vácuo burocrático-administrativo e de segurança no Iraque que impediram a estabilização do país.

Essas decisões foram tomadas em boa parte levando-se em conta análises irrealistas, carregadas de ideologia e fortemente influenciadas pelos exilados iraquianos xiitas e curdos, que demandavam dos Estados Unidos um verdadeiro processo de descontaminação das ramificações do partido Baath na sociedade, na política e nas forças militares. A dissolução do Exército, ainda, foi tomada sem a participação na decisão dos comandantes militares, que eram contrários à dissolução e favoráveis a um processo de integração de soldados e oficiais ao esforço de reconstrução do Iraque pós-Saddam.

Se durante o regime autoritário de Saddam Hussein e do Baath os xiitas e os curdos eram marginalizados na sociedade, sendo considerados cidadãos de segunda categoria, as “leis de Bremer” acabaram tendo um efeito de também marginalizar um grupo específico da sociedade, a minoria sunita, que sentindo-se humilhada diante da ocupação de um exército estrangeiro, lançou-se à insurgência que transformou o que era para ser uma campanha militar de libertação dos iraquianos pelos Estados Unidos em uma longa e violenta guerra civil.

REFERÊNCIAS

ALLISON, Graham. *Essence of decision: explaining the Cuban missile crisis*. Boston: Little, Brown, 1971.

AL-MARASHI, Ibrahim. Disbanding and Rebuilding the Iraqi Army: the historical perspective. *Middle East*, v. 11, n. 3, p. 42, 2007.

AL-MARASHI, Ibrahim. Iraq's Security and Intelligence Network: a guide and analysis. *Middle East Review of International Affairs*, v. 6, n. 3, p. 1-13, 2002.

AWADI, Ali G. Policy initiatives that steer terrorism: a case study of L. Paul Bremer's De-Ba'athification of the Iraqi Army. *Eradicating terrorism from the Middle East: policy and administrative approaches*. p. 223-238, 2016.

BAKER III, James A.; HAMILTON, Lee H.; EAGLEBURGER, Lawrence S.; SANDERS, Vernon E. *The Iraq Study Group Report*. [S. l.]: Vintage, 2006.

BREMER, L. Paul. *My Year in Iraq: the struggle to build a future of hope*. Nova York: Simon & Schuster, 2006.

BREMER, Paul. How I Didn't Dismantle Iraq's Army. *The New York Times*, Sept 6, 2007.

BUSH, George W. *Decision Points*. [London]: Crown, 2010.

CHANDRASEKARAN, Rajiv. *Green Zone: Imperial Life in the Emerald City*. [S.l.]: Bloomsbury Publishing, 2010.

COCKBURN, Andrew; COCKBURN, Patrick. *Saddam Hussein: renascido das cinzas*. São Paulo: Nova Alexandria, 1999.

COALITION PROVISIONAL AUTHORITY. *Memorandum 01, 03 June 2003. Implementation of De-Baathification Order Number 1*. Disponível em: https://govinfo.library.unt.edu/cpa-iraq/regulations/20030603_CPAMEMO_1_Implementation_of_De-Ba_athification.pdf. Acesso em: 11 set. 2023.

COALITION PROVISIONAL AUTHORITY. De-Ba'athification of Iraqi Society, *Order Number 1*, 16 May 2003. Disponível em: https://govinfo.library.unt.edu/cpa-iraq/regulations/20030516_CPAORD_1_De-Ba_athification_of_Iraqi_Society_.pdf. Acesso em: 9 maio 2023.

COALITION PROVISIONAL AUTHORITY. Dissolution of Entities, *Order Number 02*, 23 May 2003. Disponível em: https://govinfo.library.unt.edu/cpa-iraq/regulations/20030823_CPAORD_2_Dissolution_of_Entities_with_Annex_A.pdf. Acesso em: 11 maio 2023.

COALITION PROVISIONAL AUTHORITY. *Regulation Number 01*, 16 May 2003. Disponível em: https://govinfo.library.unt.edu/cpa-iraq/regulations/20030516_CPAREG_1_The_Coalition_Provisional_Authority_.pdf. Acesso em: 07 maio 2023.

DOBBINS, James F. America's role in nation-building: from Germany to Iraq. *Survival*, v. 45, n. 4, p. 87-110, 2003.

DONNELLY, Thomas. *Operation Iraqi Freedom: a strategic assessment*. [Washington, D.C.]: American Enterprise Institute, 2004.

FAUST, Aaron M. *The Ba'athification of Iraq: Saddam Hussein's totalitarianism*. Texas: University of Texas Press, 2015.

FEITH, Douglas J. *War and Decision: inside the Pentagon at the dawn of the war on terrorism*. Nova York: Harper Collins, 2009.

FRANKS, General Tommy R. *American soldier*. [S. l.]: Harper Collins, 2009.

GORDON, Michael R.; TRAINOR, Bernard E. *Cobra II: The inside story of the invasion and occupation of Iraq*. [S. l.]: Vintage, 2006.

HECHTER, Michael; KABIRI, Nika. Attaining social order in Iraq. Order, conflict, and violence, Washington, p. 43-74, 2008, Disponível em: <https://deepblue.lib.umich.edu/bitstream/handle/2027.42/91888/rpavel.pdf> Acesso em: 14 de out. 2023.

KEEGAN, John. *A guerra do Iraque*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2005.

KRISTOL, William; KAPLAN, Lawrence. *La Guerra de Irak: em defensa de la democracia y la libertad*. [S. l.]: Almuzara, 2004.

MAKIYA, Kanan. *Republic of fear: The politics of modern Iraq*. California: Univ of California Press, 1998.

MALOVANY, Pesach. *Wars of Modern Babylon: A History of the Iraqi Army from 1921 to 2003*. Kentucky: University Press of Kentucky, 2017.

MAROZZI, Justin. *Bagdá: cidade da paz, cidade de sangue*. Brueri: Amaryllys, 2014.

PAVEL, Ryan. *The De-Baathification of Iraq: the development and implementation of an ostensibly necessary vetting policy that turned into a tool of sectarianism*. 2012. A senior thesis in partial fulfillment of the requirements for the degree of Bachelor of Arts (International Studies – Honors. University of Michigan, Ann Arbor, Michigan, April, 2012.

PFIFFNER, James P. US blunders in Iraq: De-Baathification and disbanding the army. *Intelligence and National Security*, v. 25, n. 1, p. 76-85, 2010.

POLK, William Roe. *Understanding Iraq: A whistlestop tour from ancient Babylon to occupied Baghdad*. [S. l.]: IB Tauris, 2006.

ROSSITER, Clinton. *Constitutional Dictatorship*. Princeton: Princeton Press, 1948.

RUMSFELD, Donald. *Known and unknown: a memoir*. [S. l.]: Penguin, 2011.

SASSOON, Joseph. *Saddam Hussein's Ba'th Party: Inside an authoritarian regime*. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.

SLOCOMBE, Walter. Interview Walter Slocombe. *Frontline*, PBS, 2004. Disponível em: <https://www.pbs.org/wgbh/pages/frontline/shows/pentagon/interviews/slocombe.html>. Acesso em: 09 de maio de 2023.

SLOCOMBE, Walter. To Build an Army. *The New York Times*, November 5, 2003. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/archive/opinions/2003/11/05/to-build-an-army/9c9d470d-9086-450e-be45-58aeb8ee7069>. Acesso em 09 de maio de 2023.

TENET, George. *At the Center of the Storm: My Years at the CIA*. New York: Harper Collins, 2007.

WEILER, Robert S. *Eliminating success during eclipse II: an examination of the decision to disband the Iraqi military*. Virginia: Marine Corps Command and Staff Coll Quantico, 2009.

ZINN, Cherish M. *et al.* Consequences of Iraqi De-Baathification. *Cornell International Affairs Review*, v. 9, n. 2, 2016.

Recebido em: ago. 2024.

Aceito em: out. 2024